



Além da edição impressa, as notícias do Agronegócio são publicadas diariamente no site do JC. Aponte a câmera do celular para o QR Code e acesse. www.jornaldocomercio.com/agro



Diretores e conselheiros da Piá renunciam aos cargos

Cooperativa convoca assembleia geral para eleger novo comando da empresa; encontro deve ocorrer em 19 de junho

Claudio Medaglia
claudiom@jcrs.com.br

Membros da diretoria e do Conselho de Administração da Cooperativa Piá, com sede em Nova Petrópolis, na Serra, renunciaram, ontem, aos seus cargos. A decisão foi tomada em reunião realizada pela manhã, conforme antecipou o **Jornal do Comércio**.

Uma assembleia geral extraordinária deverá ser realizada no dia 19 de junho para eleição do novo comando da empresa. No encontro, que ocorrerá em formato presencial, os 20.180 associados irão escolher os nomes que comporão a nova equipe de comando da Piá.

Mergulhada em uma crise financeira que se avolumou nos últimos anos e que acabou esgotando o fluxo de caixa, a cooperativa não conseguiu pagar os fornecedores de leite que deveriam ter rece-

bido entre os dias 10 e 16 de maio. A conta, superior a R\$ 10 milhões, ficou em aberto por conta da dificuldade de obtenção de novos créditos junto ao sistema financeiro.

Com resultado negativo de R\$ 62,2 milhões em 2022 e um passivo que já alcança R\$ 130 milhões, a Piá enfrentava dificuldades desde o início do ano, deixando sem receber representantes comerciais que recolhiam pedidos junto a supermercados. Com isso, as prateleiras desses estabelecimentos começaram a ser ocupadas por produtos da concorrência.

Produtores de algumas regiões-chave pararam de entregar leite aos caminhões da cooperativa. O volume recolhido na terça-feira já ficou abaixo da média, em sinal de que os fornecedores começavam a migrar para outras empresas.

A diretoria, pressionada e

sem conseguir solucionar a situação, optou por sair. O presidente Jeferson Smaniotto, que já havia renunciado no final do ano passado, mas recuou, voltou a cogitar a posição no final de semana passado. Ele acabou permanecendo até esta quarta-feira, enquanto reuniões tentavam alinhar o futuro da empresa e minimizar o impacto da decisão.

O presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul (Ocergs), Darci Pedro Hartmann, que acompanhou a reunião, disse que o importante, agora, é assegurar ao máximo a legalidade do processo eleitoral e que a cooperativa precisa buscar líderes para a formação de uma chapa capaz de reestruturar a empresa. “A Ocergs apoia institucionalmente a cooperativa e estará acompanhando esse período, para que a situação possa ser adminis-

trada. É importante encontrar caminhos para repactuar o passivo da Piá e proteger seus associados”, afirmou Hartmann.

A entidade já estava envolvida com as dificuldades da Piá nas últimas semanas e, na sexta-feira passada, esteve presente a uma das reuniões que sinalizaram esse desfecho.

A expectativa, agora, é que o sistema de crédito passe a olhar para a Piá com mais simpatia. A relação da diretoria demissionária com os bancos era difícil, por conta da não observância de orientações para a adoção de medidas mais cautelosas por parte da cooperativa. No final de semana, representante de uma das instituições com relacionamento com a Piá comentou que o receio de emprestar dinheiro e aumentar o rombo da cooperativa era um empecilho a mais nas negociações.

O vice-presidente da Fetag, Eugênio Zanetti, lamentou o desfecho do caso e comentou sobre as dificuldades enfrentadas pela Piá e também pela Languiru, de Teutônia, que também passou pela renúncia da diretoria e agora tenta se reestruturar em meio à forte crise financeira.

“É uma lástima. É lastimável a situação em que as cooperativas agropecuárias se encontram, porque a única maneira de o pequeno produtor ser grande é através das cooperativas. E ver as cooperativas do jeito que estão é complicado. A minha maior preocupação é que esses prejuízos gerados, essa conta vai sobrar para o produtor rural pagar. Que se encontre uma saída pra que ele possa sair dessa situação e não tenha de arcar com um prejuízo gerado por diversos fatores. Quem menos tem culpa é o produtor”, disse o dirigente.

Rio Grande do Sul reforça comunicação para blindar avicultura da influenza aviária

Informação, orientação e educação estão no pacote de apostas do Rio Grande do Sul para potencializar as ações de prevenção da cadeia comercial da avicultura contra a Influenza Aviária de Alta Patogenicidade (H5N1). Juntos, a Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (Seapi) e a Associação Gaúcha de Avicultura (Asgav) reuniram veículos de imprensa, ontem, para falar sobre as medidas preventivas e de enfrentamento à doença.

O titular da Seapi, Giovanni Feltes, exaltou o controle rígido desenvolvido na parceria. Mas destacou que o momento é de atenção máxima por conta do avanço do vírus no Continente e a identificação de três casos em aves silvestres no Espírito Santo. “A situação atual coloca todos os atores em alerta e impõe a adoção de medidas de robustez no sistema de

biossegurança. Felizmente, nossa estrutura tem funcionado muito bem, e o episódio do surgimento de um caso isolado de Doença de Aujeszky em suínos, no início do ano, foi um bom exemplo de que estamos atuando bem”.

A diretora do Departamento de Defesa Animal da secretaria, Rosane Collares, fez uma apresentação sobre a ação do vírus pelo mundo e a presença no continente americano, tendo sido registrada já em 16 países, alguns deles com forte impacto econômico por ter chegado a plantéis comerciais. Segundo ela, o trabalho das equipes de vigilância no campo é permanente e rigoroso. Mas a capacitação de profissionais de diferentes áreas para identificação de aves com suspeita da doença e orientação à população também vêm sendo feitas.

A gripe aviária não é trans-

mitida pelo consumo de carne de frango ou ovos. A preocupação é no sentido de impedir que um gesto leigo acabe por levar a doença, altamente contagiosa entre as aves, especialmente as aquáticas, ingresse nos plantéis ou infecte os humanos. Por isso, a orientação é não tocar ou recolher aves doentes ou mortas, pois o vírus fica presente em fezes e secreções respiratórias desses animais.

Considerada questão de soberania para o Brasil, a avicultura está presente em 239 mil propriedades rurais gaúchas registradas na Seapi. Comercialmente, são mais de 4,5 mil aviários para terminação de aves de corte, além de 376 propriedades que se dedicam à reprodução e 291 à postura de ovos.

Ações conjuntas com a Emater, a Embrapa, as Federações das Associações de Municípios



Identificação precoce e ações rápidas são chaves para o êxito, diz Seapi

(Famurs) e dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag), entre outras entidades, além de diversos fóruns de debates e confecção de material educativo amplificam o esforço de proteção ao sistema. “Impedir a entrada

do vírus no Rio Grande do Sul é impossível. Mas é nossa atribuição a detecção precoce de casos suspeitos e ações rápidas para isolar o entorno e resguardar a cadeia. Essa é a chave do êxito de programas sanitários”, diz Rosane.

Detecção em aves silvestres não afeta status sanitário dos plantéis comerciais

A coordenadora do Programa Estadual de Sanidade Avícola, Ananda Paula Kowalski, ressaltou que a identificação de casos em aves silvestres não altera a condição sanitária brasileira no mercado internacional. Mas, se houver caso em alguma estrutura comercial de qualquer ponto do País, todo o sistema é afetado.

Porém, pela posição do Bra-

sil no fornecimento global de carne de frango, a negociação com os países importadores se dá individualmente. Nesse caso, a expectativa do setor é de que nada mude, exceto o isolamento da área onde for detectado o foco e a eliminação do mesmo, além do cumprimento de um período mínimo de 28 dias para desinfecção da granja para o comércio de produtos avícolas,

conforme código da Organização Mundial de Saúde Animal (Omsa).

“Já houve uma proposta da criação de um cinturão sanitário na Região Sul, que concentra 70% da avicultura comercial brasileira. Mas essa é uma questão que depende do Ministério da Agricultura, e não houve avanços, por enquanto. Mas acreditamos que a Omsa deva rever seus códigos

em relação ao comércio internacional, justamente por conta do risco de desabastecimento global, preservando o status de regiões não afetadas”, analisou o diretor executivo da Asgav, José Eduardo dos Santos.

A entidade não tem estimativa sobre o impacto econômico de um eventual embargo nas exportações, uma vez que as negociações

se dão de forma bilateral entre os países. Além do mais, são poucas as nações cujos contratos para importação de produtos avícolas brasileiros referem a ocorrência de Influenza Aviária como condicionante. “Mas, evidentemente, trabalhamos com previsibilidade e, se acontecer, faremos um redirecionamento dos produtos”, destacou o dirigente.